



CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.

COMPANHIA ABERTA
CNPJ nº. 83.878.892/0001-55
NIRE 42300011274

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA DE 29/04/2011

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

INSTRUÇÃO CVM Nº. 481 de 17 de Dezembro de 2009

O Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina submete à deliberação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada em 29 de abril de 2011, nos termos a seguir expostos:

1. Tomada de Contas dos Administradores, apreciação e aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia, do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Celesc S.A foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia e auditados pela BDO Auditores Independentes - previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, na reunião realizada em 24 de março de 2011, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembléia.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração do exercício de 2010, na forma prevista nos incisos II e I do Art. 9º, da Instrução CVM nº 481, 17 de dezembro de 2009, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e no seu website (www.celesc.com.br/ri), bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

2. Destinação do Lucro Líquido do Exercício, no montante de R\$273,5 milhões, sendo que R\$13,67 milhões serão destinados à constituição da Reserva Legal; **Reserva de Retenção de Lucros** no valor de R\$40,2 milhões; e **Dividendos Propostos**: ratificação dos juros sobre capital próprio já aprovado pela reunião do Conselho de Administração de 16.12.2010, no valor de R\$77,93 milhões com a distribuição de R\$1,90669172 por ação ordinária e R\$2,09736089 por ação preferencial, aos acionistas detentores de participação acionária em 30 de dezembro de 2010.

A administração recomenda a retenção dos dividendos que cabem ao acionista majoritário, o Estado de Santa Catarina, conforme Termo de Acordo assinado entre as partes em 31.01.2011, para liquidação do débito proveniente do Protocolo de Intenções ECP 003/1988;

3. Comentário dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia.

4. Orçamento de Capital

5. Eleição dos integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e fixação das respectivas remunerações;

6. Fixação do montante global da remuneração dos integrantes da Diretoria Executiva.



CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.

COMPANHIA ABERTA
CNPJ nº. 83.878.892/0001-55
NIRE 42300011274

COMENTÁRIO DOS DIRETORES

INSTRUÇÃO CVM Nº. 480 de 07 de Dezembro de 2009 e INSTRUÇÃO CVM Nº. 481 de 17 de Dezembro de 2009
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 10

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta condições patrimoniais e financeiras suficientes para cumprir - não apenas - suas obrigações de curto, médio e longo prazo, mas também para concretizar seus objetivos estratégicos.

Em 2010 a Companhia aumentou sua receita bruta em 15,32%, em relação ao exercício de 2009, resultado de um acréscimo de 108.636 novos clientes na área de distribuição de energia, bem como, de um reajuste tarifário positivo, com impacto médio de 9,85% para os consumidores da Celesc Distribuição. Outro fator que influenciou, foi a receita de construção, que em 2010, foi 77,5% superior ao valor de 2009. A rubrica receita de construção é fruto da conversão das normas contábeis ao IFRS, onde os valores de investimento em construção que na norma anterior eram registrados diretamente no Ativo Imobilizado, agora passam pelo resultado nas contas de receita e custo de construção. A Celesc Distribuição adota margem de construção zero, de forma que os valores de receita são iguais aos de custo de construção, não havendo influência no lucro líquido do Grupo.

A receita bruta do Grupo também foi impulsionada pelo segmento de distribuição de gás natural canalizado, com o ingresso de 343 novos consumidores, em sua maioria, clientes residenciais.

Os custos operacionais tiveram um crescimento superior ao da receita bruta, ocasionado principalmente pelos gastos com energia comprada no 2º semestre de 2010, fruto dos despachos de termoeletricas e consequente elevação do PLD (Preço de Liquidação de Diferenças). O resultado operacional bruto obteve um crescimento de 9,5% se comparado a 2009.

Em relação ao resultado financeiro do Grupo, cabe destacar o reflexo em 2010 do valor justo do investimento junto a coligada CASAN, no montante de aproximadamente R\$16,00 milhões. Há expectativa de crescimento no mercado de saneamento, que irá impulsionar o resultado futuro da investida.

Outro fator determinante para o crescimento do lucro líquido de 2010 foi a diminuição de 24,93% da rubrica "Outras receita (despesas) operacionais", onde se registrou um montante superior de reversão de provisões passivas se comparado aos valores provisionados.

O Grupo, através de sua Empresa de Distribuição, atua de forma estratégica visando aperfeiçoar sua estrutura financeira e patrimonial, de modo que permita extrair de suas atividades a rentabilidade suficiente para satisfazer seu acionista, se adequar ao modelo da Empresa de Referência estipulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, se mantendo publica e gerando sinergia positiva a toda sociedade catarinense. A situação financeira da Empresa manteve-se constante em relação aos índices de liquidez apresentado, em contrapartida, significativa redução no capital circulante líquido que passou de R\$153,3 milhões em 2009 para R\$22,8 milhões em 2010.



Ações estão sendo tomadas de modo que a perda com as receitas irre recuperáveis se aproxime dos valores constantes do processo de revisão tarifária, com a redução de custos e cumprindo as metas do Contrato de Gestão e Resultados, que visa o monitoramento das gastos operacionais.

CELESC - Principais Indicadores Financeiros e Patrimoniais Consolidados (em R\$ mil)

	2010	2009	2008
Patrimônio Líquido	1.940.507	1.737.793	1.638.252
Receita Operacional Líquida	4.036.765	3.498.260	3.520.893
Resultado das Atividades	266.379	79.037	428.223
Lucro Líquido	273.516	124.398	258.444
EBITDA (LAJIDA)	421.685	219.136	568.959
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	10,45%	6,26%	16,16%
Dívida Bruta	320.341	338.125	359.905
Disponibilidades	260.252	307.372	282.484
Dívida Líquida (Dívida Bruta - Disponibilidades)	60.089	30.753	77.421
Investimentos	464.831	330.681	349.751

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

A atual estrutura de capital do Grupo Celesc apresenta níveis conservadores de alavancagem. Em especial, na Celesc Distribuição, a Diretoria visa adequar sua estrutura de capital, investindo parcela relevante de capital de terceiros no ativo remunerável. Dessa forma, busca deslocar o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de modo a resultar em margens de rentabilidade que viabilizem o cumprimento de seu plano de negócios e proporcionem a adequada remuneração do capital.

Cabe ainda destacar que não há intenção, por parte da administração, de resgate de ações de emissão da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Celesc, durante o exercício social de 2010, demonstrou sólida capacidade de cumprimento de suas obrigações financeiras. A dívida bruta da Celesc em dezembro totalizava R\$320,3 milhões. As disponibilidades da Companhia somavam R\$260,2 milhões. Com isso, a Companhia manteve uma posição financeira estável., encerrando o ano com dívida líquida de R\$60 milhões. O quadro abaixo demonstra a relação entre a dívida bruta consolidada e a capacidade de geração de caixa da empresa (EBITDA) nos últimos exercícios:

CELESC - Relação Dívida Bruta vs EBITDA

	2010	2009	2008
Dívida Bruta / EBITDA (x)	0,76	1,54	0,63
Dívida Curto Prazo / Dívida Total	34,25%	26,71%	6,42%

A Celesc Distribuição, que concentra a maior parte dos compromissos do grupo, está cumprindo todas as obrigações oriundas do seu passivo de funcionamento e honrando o serviço da dívida. De igual forma, todos os encargos setoriais estão rigorosamente adimplentes.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O financiamento do capital de giro da Companhia e de suas subsidiárias tem como origem seus recursos próprios, não sendo necessário recorrer a instituições financeiras para obtenção de financiamentos com esta finalidade.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez



Não aplicável.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Conforme já mencionado no item 10.1.c acima o nível de endividamento da Celesc encontra-se em patamares conservadores, além disso, o perfil dessa dívida ainda é favorável: do total da dívida bruta consolidada apenas 34,25% dos vencimentos situam-se no curto prazo. A composição dos empréstimos e financiamentos, consolidados, com saldos, tipo, prazos, moeda e indexador pode ser verificada abaixo:

Posição de Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil) - Dezembro de 2010

	Tx. Anual de Juros	Total Dez/10	Total Dez/09	Total Dez/08	Var. % 2010 x 2009
Moeda Nacional					
BNDES	TJLP + 4,50%	17.474	17.517	21.780	(0)
Empréstimos Bancários	106% CDI	45.472	68.041	68.391	(33)
Eletrobrás	5,00%	140.510	100.098	86.476	40
FIDC Celesc I	CDI + 0,97%	112.604	152.469	183.258	(26)
Finame	5,00%	4.281	-	-	-
Total		320.341	338.125	359.905	(5)
Curto Prazo - Circulante		109.720	90.299	58.954	
Longo Prazo - Um a Cinco Anos		190.611	226.988	274.205	
Longo Prazo - Acima de Cinco Anos		20.010	20.838	26.746	

Os principais contratos de empréstimos e respectiva destinação são os seguintes:

Eletrobrás

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Celesc Distribuição destinam-se aos programas de eletrificação rural e outros, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da contratante.

Cabe destacar, o crescimento em 40% do saldo devedor em 2010, proveniente do aporte de recursos pela Eletrobrás, no valor de R\$54,5 milhões para cobertura financeira dos custos diretos do programa de obras de transmissão para o Estado de Santa Catarina, visando a recuperação do sistema elétrico, no âmbito da concessionária, pelos projetos de subestações de tensão de 138KV e linhas de transmissão na tensão de 138KV.

BNDES

A Controlada SCGÁS possui dois contratos de empréstimo junto ao BNDES, com saldo em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$16,8 milhões e destinaram-se a ampliação de rede de gás natural. A garantia do financiamento do BNDES 1 está vinculada aos recebíveis da companhia pelo fornecimento de gás, através de uma conta especial junto a Caixa Econômica Federal e a garantia do financiamento do BNDES 2 é a manutenção de títulos em cobrança de alguns clientes especificados em contrato.

Banco do Brasil

Empréstimo contraído em 2007 para saldar os Contratos com a Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS, firmados pela Celesc Distribuição S.A. em abril de 2000.

FIDC

Outra operação de crédito relevante, realizada pela Celesc Distribuição em 2007, foi o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC. A subsidiária ofereceu como recebíveis, os direitos creditórios referentes ao consumo futuro de energia elétrica de unidades consumidoras pré-selecionadas, todas com perfil de adimplência. O saldo devedor da referida operação em dezembro de 2010 era de R\$112,6 milhões (ante R\$152,4 milhões em 2009).

Restrições legais de endividamento das empresas que ainda permanecem sob controle estatal dificultam o acesso da Celesc e de suas subsidiárias integrais às linhas de crédito do BNDES, impossibilitando-nos de competir em igualdade de condições pela oferta de capital.



g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

As boas expectativas com relação à recuperação econômica após o ápice da crise financeira que abalou as estruturas do mercado mundial no biênio 2007 - 2008, se confirmaram em 2010. No Brasil, o impulso à demanda interna continuou sendo a base do desenvolvimento econômico e o mercado de trabalho voltou ao dinamismo pré-crise. A massa salarial cresceu e com ela a confiança para consumir. Os investimentos industriais foram retomados para atender o aquecimento do mercado, especialmente no primeiro trimestre do ano, marcado pelos incentivos fiscais para a compra de veículos e eletrodomésticos. Ao longo do ano, a demanda interna (soma do consumo das famílias, do governo e investimentos) se desacelerou aos poucos e acabou crescendo bem menos do que a produção. No ano, o PIB (Produto Interno Bruto) apresentou crescimento de 7,5%, contra índice negativo de 0,6% em 2009.

O ambiente favorável no cenário nacional, também se fez presente na área de atuação da Celesc. Em Santa Catarina, com o reaquecimento do consumo, os investimentos industriais foram retomados. A atividade industrial registrou ritmo forte no primeiro trimestre e depois se acomodou, com o fim das medidas anti-crise (desoneração de IPI para veículos e linha branca). Mas, no ano, a indústria, cresceu 6,9% em relação ao ano anterior, registrando forte retomada em relação a 2009, quando o desempenho havia sido 10,4% menor que em 2008.

Ambiente Regulatório - A Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, em 6 de agosto de 2010, publicou no Diário Oficial da União – DOU, a Resolução Homologatória nº 1.037, estabelecendo as tarifas a serem praticadas pela Celesc Distribuição no período de 07 de agosto de 2010 a 06 de agosto de 2011. Tais tarifas foram reajustadas, em média, 16,75%, sendo 9,25% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 7,50% referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 9,85% a ser percebido pelos consumidores cativos.

Em 2012, a Empresa deverá passar pelo 3º ciclo de revisão tarifária, onde serão definidas as receitas, despesas e investimentos necessários para o período de quatro anos. Em 31 de dezembro de 2010, estava em curso a Audiência Pública Aneel 040/2010 com o objetivo de estabelecer novas metodologias e critérios a serem adotados. A Superintendência de Regulação da Empresa acompanha as mudanças previstas e realiza estudos sobre possíveis impactos.

A receita operacional líquida consolidada (ROL) manteve sua trajetória de crescimento, apresentando no acumulado de 2010, evolução de 15,39% em relação a 2009 totalizando R\$4.036 milhões (ver item 10.1.a - Quadro 1).

No ano de 2010, As despesas operacionais consolidadas, que refletem as despesas administrativas e com vendas, acumularam nos doze meses de 2010, o valor de R\$392,1 milhões, representando queda de 24,9% em relação ao mesmo período de 2009. A variação expressiva decorre, basicamente: (i) da base de comparação, ou seja, em 2009 haviam sido contabilizados como despesa a baixa do ativo constituído como “Energia Livre” de aproximadamente R\$40 milhões; (ii) a reavaliação do risco de contingências judiciais que resultaram na reversão de provisões passivas. Destaca-se a reversão de R\$28 milhões com base na última avaliação de risco efetuada por escritório habilitado para o acompanhamento do processo que se refere à compensação de créditos decorrentes da ampliação da base de cálculo do PIS e da COFINS prevista no art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98, onde a possibilidade de perda do direito foi reclassificada como remota, tendo em vista que a matéria encontra-se pacificada no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

O resultado das atividades obteve crescimento extraordinário da ordem de 237,03% em relação ao exercício de 2009, proveniente da constituição da reversão de provisões. Em função disso, o EBITDA acumulado da Celesc foi de R\$421,6 milhões em 2010. A expectativa da Diretoria é de que as diversas ações efetivadas visando à redução dos custos e o incremento da eficiência operacional, permitirá ao Grupo Celesc buscar uma trajetória mais crescente na geração operacional de caixa.



Em 2010, o Grupo Celesc registrou lucro líquido de R\$273,5 milhões (aumento de 120% em relação a 2009) reflexo, principalmente, dos resultados de suas subsidiárias integrais Celesc Distribuição S.A. (R\$180,3 milhões) e Celesc Geração S.A. (R\$22 milhões); de sua controlada, SCGAS (R\$13,7 milhões) e das participações, Dona Francisca (R\$6,7 milhões) e ECTE (R\$6,9 milhões).

- Celesc Distribuição S.A.

A receita gerada pela distribuição de energia elétrica é a principal componente da receita líquida consolidada. Em 2010, colaboraram para o desempenho deste indicador: o maior consumo de energia elétrica proveniente do crescimento vegetativo, a recuperação expressiva do mercado no quarto trimestre de 2010 e o reajuste tarifário concedido pela ANEEL em agosto com impacto médio de 9,85%, onde índice determinado pela ANEEL incidiu de forma diferenciada para as diversas classes de consumidores da Empresa. Os consumidores ligados em Baixa Tensão tiveram impacto médio 8,94% em suas contas de energia elétrica. Os consumidores ligados em Alta Tensão tiveram impacto médio de 10,89%.

A evolução da receita foi suficiente para cobrir o aumento dos custos e despesas operacionais que foram impactadas tanto por fatores recorrentes, como principalmente pelos gastos com energia comprada no 2º semestre de 2010, fruto dos despachos de termoeletricas e conseqüente elevação do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, bem como, a variação da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, que registrou crescimento de 44% e o reconhecimento dos custos de construção que somaram 376,2 milhões.

- Celesc Geração S.A.

A Receita Operacional Bruta da subsidiária de geração foi de R\$61,8 milhões, 7,1% maior que o ano anterior, como principais fatos, o volume pluviométrico acima da média registrado durante o período nas bacias das usinas, aliado a melhoria do índice de disponibilidade das unidades geradoras ocasionado pela forte atuação de Manutenção Preventiva, fazendo com que fosse registrado, em 2010, recorde histórico de produção de energia do parque gerador da Celesc Geração. No ano de 2010, foram produzidos 612 GWh, ante média anual de 485 GWh nos últimos três anos.

Ainda em 2010, devido ao planejamento estratégico de sazonalização de Garantia Física (Processo de alocação dos montantes de Garantia Física mensalmente na CCEE, buscando otimizar a receita através da previsão de preços de energia, considerando a energia comprometida em contratos existentes e flexibilidades contratuais) realizado pela equipe técnica da Divisão de Engenharia e Regulação – DVER, foram alocados 105% do montante da Garantia Física para o segundo semestre de 2010, cujo valor previsto de PLD seria mais elevado devido ao período seco da região Sudeste/Centro Oeste, mantendo-se apenas 95% da Garantia Física no primeiro semestre, onde a previsão apontava preços de energia menores até mesmo registrando valores de PLD mínimo.

Com a concretização da previsão, foi registrado no segundo semestre um aumento significativo no preço da energia elétrica no mercado livre (PLD), elevando o valor médio dos leilões de curto prazo ocorridos neste período, fazendo com que o montante de 105% de Garantia Física alocado para este período aumentasse a receita.

Ainda, o montante de 95% alocado no primeiro semestre, que teve registro de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD mínimos, resultou em menor sobra para a venda de curto prazo, otimizando-se a receita para este período. Por outro lado, o crescimento das despesas operacionais, que passaram de R\$25,1 milhões em 2009 para R\$28,1 milhões em 2010, reflete os efeitos da estruturação administrativa da Empresa. Além disso, o crescimento dos gastos não gerenciáveis, em 8,7%, principalmente pelo encargo do uso da rede elétrica. Nesse contexto, o Lucro Líquido da Celesc Geração foi de R\$22,0 milhões, 1,5% maior do que o apurado em 2009 (R\$21,7 milhões).

- Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGÁS

O Lucro Líquido apurado pela Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS, em 2010, no valor de R\$80,7 milhões, foi 21% superior ao registrado em 2009 de R\$66,8 milhões, e representa incremento de R\$13,7 milhões no resultado da Celesc.

A receita da SCGAS é oriunda exclusivamente da venda do Gás Natural - GN, único produto comercializado pela companhia para os diversos segmentos de mercado. Em 2010, a receita líquida da SCGÁS foi da ordem de R\$453,3 milhões o que representa um crescimento de 2,40% em relação ao exercício de 2009. O resultado financeiro da SCGAS em 2010 foi positivo em R\$4,7 milhões

A SCGAS distribuiu, até dezembro de 2010, 636 milhões de metros cúbicos de gás natural. A partir das 9 unidades denominadas “Estações de Recebimento – ER”, a Companhia fornece o gás natural as suas 1.988 unidade consumidoras, por meio de 883 Km de rede de distribuição.

- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE



Em 2010, a Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE obteve Receita Operacional Líquida de R\$56,6 milhões (R\$56,9 milhões em 2009) e Lucro Líquido de R\$29,5 milhões (R\$29,1 milhões em 2009.). O Lucro Líquido é superior em 1,6% ao apresentado em 2009, e acrescentou ao Lucro Líquido consolidado da Celesc em 2010, o montante de R\$9,1 milhões.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A última introdução de segmento operacional nos negócios do Grupo Celesc ocorreu em setembro de 2007, quando a Companhia assumiu o controle da SCGÁS, a concessionária distribuidora de gás natural em 100% do território do Estado de Santa Catarina. A Companhia adquiriu 51% das ações ordinárias, correspondentes a 17% do Capital Social total daquela Empresa.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

• Celesc Holding (Controladora)

Em junho de 2009, a Celesc aumentou sua participação na ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ao exercer o direito de preferência na venda, por parte de um dos sócios, de ações representativas de **1,62%** do capital total.

Quadro 3: ECTE - Evolução da participação da CELESC na Composição do Capital Social em Ações

ACIONISTA	em 31/12/2008		Aquisição em 30/06/09	em 31/12/2009		Aquisição em 12/11/2010	em 31/12/2010	
	QUANTIDADE	%		QUANTIDADE	%		QUANTIDADE	%
ALUPAR	16.838.146	40,00%	0,01%	16.843.146	40,01%	10,01%	21.056.856	50,02%
CELESC	8.418.998	20,00%	1,62%	9.101.584	21,62%	9,26%	13.001.025	30,88%
CEMIG	3.157.124	7,50%	5,87%	5.626.513	13,37%	5,73%	8.037.111	19,09%
MDU	10.523.748	25,00%		10.523.748	25,00%		42.095.000	100%
BIP	3.156.974	7,50%		42.095.000	100%			
TOTAL	42.095.000	100%						

Conforme *Fato Relevante* publicado em 19/11/2009, a Celesc celebrou também, Contrato de Compra e Venda de Ações, para exercer o direito de preferência na aquisição de outros **9,26%** do Capital Social da ECTE. Após a conclusão da operação, com à aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 2.416 de 25 de maio de 2010; pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de outros órgãos financiadores, foi realizada, em 12 de novembro de 2010, a transferência para a Celesc das ações de propriedade da MDU Resources Luxembourg II LLC, S.à.r.l., que representam 9,26% do capital votante e total da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE, pelo valor correspondente de R\$20.163.673,71 (vinte milhões, cento e sessenta e três mil, seiscentos e setenta e três reais e setenta e um centavos). Com a aquisição a CELESC passou a deter 30,88% do capital votante e total daquela empresa.

• Celesc Geração S.A.

Além de investir na ampliação e repotenciação das usinas que compõem seu parque gerador, a subsidiária de geração está investindo na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novas usinas e na diversificação da matriz energética do Estado. Através da Chamada Pública nº. 001/2008 a Celesc Geração S.A. busca participar de Sociedades de Propósito Específico – SPE para implantação de novos projetos de PCH's. No ano de 2009 houve a constituição de 07 (sete) parcerias com empresas privadas, para a implantação e exploração de nove empreendimentos:



Quadro 4: Celesc Geração - Parcerias para novos empreendimentos

	Empreendimentos	Potência Instalada	% Celesc Geração
	PCH Rondinha	9,6 MW	30%
	PCH Campo Belo	9,0 MW	30%
	PCH Painel	9,2 MW	30%
	PCH Boa Vista	5,0 MW	30%
	PCH Mangueira de Pedra	9,0 MW	30%
	PCH Xanxerê	6,0 MW	30%
Rio das Flores	PCH Belmonte	3,6 MW	25%
	PCH Prata	3,0 MW	25%
	PCH Bandeirante	3,0 MW	25%

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

O principal impacto da adequação das demonstrações financeiras da Celesc ao IFRS aparece na interpretação do IFRIC12/ICPC01, norma que permite às concessionárias de serviços públicos cobrar, do poder concedente, o uso da infraestrutura resultante dos contratos de distribuição, transmissão de energia elétrica e gás natural canalizado. A medida refletiu em aumento de R\$259,5 milhões no resultado do Grupo em 2009 e na redução de R\$17,3 milhões no resultado de 2010.

O resultado financeiro do Grupo recebeu incremento de cerca de R\$ 16 milhões, ao refletir o valor justo do investimento junto à coligada CASAN - Companhia de Água e Saneamento de Santa Catarina, da qual detém 15,76% de participação acionária.

Por outro lado, a composição do balanço de abertura em IFRS (ICPC 00) promoveu aumento no patrimônio da Celesc Geração em virtude da aplicação do valor justo como isenção de custo atribuído com relação ao imobilizado. Os reflexos foram percebidos em 2009 e 2010, com o aumento da depreciação e conseqüentemente redução do resultado econômico do Grupo em aproximadamente R\$3 milhões no exercício de 2009 e no exercício de 2010.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Empresa está adotando os dispositivos da Lei nº. 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº. 6.404/76. A referida lei visou, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade ("IFRS"). Este processo irá proporcionar o aprimoramento da governança e dos controles internos, qualificando as demonstrações financeiras de maneira a gerar maior transparência e credibilidade perante os investidores e o mercado em geral.

Por estarmos inseridos em um setor regulado, coberto por contratos de concessão de serviço público, tanto de energia elétrica, quanto de gás natural, passaremos a adotar práticas diferenciadas de contabilização dos ativos de concessão, o que causará o impacto mais significativo em nossos Relatórios Financeiros.

Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais.

A data de transição é 1o de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.



A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

(a) Isenção de combinação de negócios

A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não rerepresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1o de janeiro de 2009, data de transição.

(b) Isenção do valor justo como custo presumido

A Companhia optou por mensurar certos itens do imobilizado pelo valor justo em 1o de janeiro de 2009.

(c) Isenção do benefício a empregados

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente em 1o de janeiro de 2009.

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva.

(a) Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1o de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo"), exceto pelas premissas atuariais (Nota 30.2.1).

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- Contabilização de hedge;
- Reversão de ativos e passivos financeiros; e
- Participação de não controladores.

Conciliação entre BR GAAP e IFRS

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

(a) Consolidação

De acordo com a adoção inicial do IFRS/CPCs, a Companhia passou a realizar a consolidação proporcional de investimentos controlados em conjunto que no BR GAAP antigo eram consolidados integralmente e/ou por equivalência patrimonial.

(b) Laudo de avaliação do imobilizado

A administração aplicou o valor justo como isenção de custo atribuído com relação ao imobilizado de sua controlada Celesc G. O laudo de avaliação do imobilizado realizado em 1o de janeiro de 2009, determinou seu valor justo em R\$ 261.572, um aumento de R\$ 227.643 em relação ao valor contábil de acordo com o BR GAAP antigo, que totaliza R\$ 33.928. O aumento em 31 de dezembro de 2009 representava R\$ 223.011. Bem como uma redução do resultado em 2009 de R\$ 4.633.

(c) Contratos de concessão

Em decorrência da adoção da interpretação do IFRIC12/ICPC01, referente as concessionárias de serviços públicos, e resultante dos contratos de distribuição e transmissão de energia elétrica e gás natural canalizado, que permite ao Grupo o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura do poder concedente, o Grupo reconheceu:

- um ativo financeiro indenizatório correspondente ao valor devido pelo concedente ao Grupo, que será liquidado durante ou ao final da concessão de forma direta ou indireta.



- um ativo intangível que correspondente à cessão de uso dos bens que compõem a infraestrutura necessária para a realização dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica e gás natural.

O ativo financeiro indenizatório reconhecido inicialmente pelo valor justo foi classificado pelo Grupo como recebível e remensurado subsequentemente pelo custo amortizado, calculado pelo método de juros efetivos.

O ativo intangível está reconhecido como remuneração pela prestação de serviço de construção ou melhoria da infraestrutura da concessão. O reconhecimento inicial foi realizado segundo critérios previstos no CPC04/IAS 18, divergente das práticas contábeis anteriores. Desta forma, foram considerados os efeitos da economia hiperinflacionária de 1996 e 1997, excluídos os gastos administrativos, além da capitalização de juros de acordo com as novas práticas e apresentação das obrigações vinculadas à concessão como redutora do custo de formação do intangível.

O efeito do reconhecimento dessas diferenças de práticas reflete um aumento de R\$ 279.196 em 1º de janeiro de 2009 e de R\$ 259.501 em 31 de dezembro de 2009, bem como uma redução do resultado de 2009 em R\$ 17.320.

Adicionalmente o Grupo reconheceu em suas demonstrações do resultado as receitas e as despesas correspondentes às construções e melhorias da infraestrutura dos bens da concessão de acordo com o previsto no CPC17/IAS11.

(d) Ágio

Os ágios gerados pela aquisição de controladas em conjunto não estavam sendo amortizados desde 1 de janeiro de 2009. De acordo com IAS 38 os intangíveis com vida útil definida devem ser amortizados. Desta forma o saldo residual do ágio a partir de 1 de janeiro de 2009 passou a ser amortizado pelo prazo remanescente dos contratos de concessão das controladas em conjunto. O efeito do reconhecimento dessas diferenças de práticas reflete uma redução no montante de R\$ 1.528 no resultado de 2009.

(e) Ativos e passivos regulatórios

A controlada Celesc D reconhecia nos termos do BRGAAP antigo as diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Celesc D como ativos e passivos regulatórios. Como ativos e passivos regulatórios não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos e passivos de acordo com as IFRS/CPCs a Celesc D realizou a baixa de seus ativos e passivos regulatórios.

O efeito do reconhecimento dessa diferença de prática reflete uma redução em 1 de janeiro de 2009 de R\$ 135.386 e em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 68.284, bem como um aumento no resultado de 2009 de R\$ 67.102.

(f) Ajustes de investimentos

De acordo com o BRGAAP antigo, dois investimentos eram tratados a custo histórico, Companhia Catarinense de Águas e Saneamento ("Casan") e Dona Francisca Energética S.A. ("Dfesa"). De acordo com as novas práticas contábeis o Grupo mensurou o investimento na Casan pelo valor justo de acordo com o CPC38/IAS39 e o investimento na Dfesa pelo método da equivalência patrimonial, resultando no aumento nos ativos de R\$ 46.506 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 56.125 em 31 de dezembro 2009, bem como um aumento no resultado de R\$ 9.619 em 2009.

(g) Gastos com serviços em curso

Até 31 de dezembro de 2009, nos termos do BR GAAP antigo o Grupo adotava como prática contábil a capitalização de gastos de manutenção no ativo circulante até a finalização do serviço. Gastos de manutenção que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, devem ser lançados como despesa imediatamente. Aplicação dessa norma resultou na redução nos ativos de R\$ 11.576 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 132 em 31 de dezembro 2009, bem como um aumento no resultado de R\$ 11.444 em 2009.

(h) Benefícios a empregados



O Grupo reavaliou as suas premissas atuariais para determinar o passivo atuarial para a primeira adoção das IFRS. A aplicação dessas novas premissas atuariais e da adoção do CPC33/IAS19 resultou no aumento do passivo em R\$ 409.052 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 487.411 em 31 de dezembro 2009, bem como uma redução no resultado de R\$ 78.359 em 2009.

(i) Juros sobre capital próprio e dividendos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os juros sobre o capital próprio e os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com a IAS 10, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado. O montante de R\$ 15.736 refere-se aos dividendos reconhecidos acima do dividendo mínimo obrigatório declarados após 1º de janeiro de 2008. Da mesma forma, o montante de R\$ 10.102 em 31 de dezembro de 2008 foi também ajustado para reconhecimento no ano seguinte.

(k) Imposto e contribuição social

As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos do imposto diferido nos ajustes necessários para a transição para o IFRS e totalizavam R\$ 16.720 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 24.120 em 31 de dezembro de 2009, bem como R\$ 7.400 no resultado do exercício de 2009.

Adicionalmente o Grupo reavaliou os impostos e contribuições sociais diferidos, registrados nos termos do BR GAAP antigo para atendimento ao CPC 32/IAS 12, resultando na redução de R\$ 8.894 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 5.504 em 31 de dezembro 2009, bem como um aumento no resultado de R\$ 3.390 em 2009.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Parecer dos Auditores Independentes referente às demonstrações do exercício de 2010 contém apenas um parágrafo de ênfase que deve ser comentado. Os auditores independentes (BDO Auditores Independentes) destacam que as demonstrações individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em março de 2010, o qual continha uma ênfase sobre a realização dos valores a receber do acionista majoritário, o Estado de Santa Catarina, o qual foi regularizado com a assinatura do termo de acordo de extinção de débito, onde o Governo autorizou a retenção de dividendos e juros sobre capital próprio de exercícios passados e subseqüentes até a total liquidação do referido débito.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A Diretoria entende que o conteúdo da Nota Explicativa nº 2 que compõe as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2010 é suficiente para, em conjunto com o item 10.4 deste comentário, esclarecer as políticas contábeis adotadas pela Empresa e dirimir eventuais dúvidas quanto às questões que possam impactar os resultados futuros da Companhia.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Diretoria entende que a Companhia pratica níveis adequados de controles internos de forma a assegurar a confiabilidade dos seus relatórios financeiros e contábeis. Os aspectos do relatório que forem julgados pertinentes pela administração são imediatamente encaminhados à área responsável que elabora o plano de ação monitorado pelo diretor responsável.



- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A Diretoria avalia detalhadamente as recomendações elaboradas pelos auditores independentes quando do recebimento do relatório que aborda os controles internos da Companhia, apurando as oportunidades de melhorias nos aspectos do relatório que forem julgados pertinentes pela administração. Cumpre destacar que não existem deficiências relevantes que possam vir a prejudicar a confiabilidade das demonstrações financeiras do Grupo Celesc.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários no exercício.

- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

- b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

- c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços



No acumulado de 2010, os investimentos da Celesc e de suas subsidiárias integrais totalizaram R\$425,9 milhões, um aumento de 42,4% em relação a 2009. Para 2011, o Conselho de Administração do Grupo aprovou para suas subsidiárias integrais o montante de R\$453 milhões de investimentos, devendo ser respeitada a disponibilidade de caixa da Companhia.

Quadro 5: Celesc e Subsidiárias Integrais - Investimentos (em R\$ mil)

	2011 (A)	2010	2009	2008	2007	2006
CONTROLADORA	165	20.184	-	-	-	-
DISTRIBUIÇÃO	397.874	382.241	288.088	341.637	342.882	312.956
GERAÇÃO	55.147	23.477	10.900	8.114	260	362
Total	453.186	425.902	298.988	349.751	343.142	313.318

(A) APROVADO: refere-se ao Programa de Investimentos aprovado pelo Conselho de Administração.

- Celesc Distribuição S.A.

A subestação compacta na Ilha de Santa Catarina, com duas linhas de transmissão subterrâneas, representou investimentos de R\$72 milhões. Sua energização praticamente dobrou a disponibilidade de energia para o centro de Florianópolis e acrescenta 30% para a Ilha. Outro grande benefício do empreendimento foi o fechamento em anel do sistema elétrico da região insular da capital, eliminando de uma vez por todas o risco de apagão. As obras foram iniciadas em 2009 e sua conclusão foi efetivada no segundo semestre de 2010.

A subsidiária de distribuição contará com R\$397,8 milhões de orçamento para investimentos em 2011. O recursos previstos visam à melhoria do DEC-FEC, maior disponibilidade no sistema elétrico para atender o crescimento de mercado, bem como reduzir gargalos para a melhoria do atendimento na área de concessão. Esses investimentos superam o montante da depreciação regulatória, que é de aproximadamente R\$ 160 milhões ao ano, mas são necessários para que as perdas regulatórias de energia (técnicas e não técnicas) sejam reduzidas, o que elevará substancialmente a base de remuneração regulatória dos ativos da Celesc Distribuição S.A.

- Celesc Geração S.A.

Na subsidiária de geração, serão utilizados 51,68% dos investimentos, na repotencialização do atual parque gerador de energia, conforme os empreendimentos descritos no item 10.3.b.. Além disso, estão em pleno andamento as obras de ampliação da PCH Pery. Em dezembro, foram concluídos os processos de licenciamento. Localizada em Curitibaanos, oeste catarinense, a usina tem potência instalada de 4,4MW e passará a contar com capacidade de 30MW ao final das obras. Os investimentos previstos (100%) serão realizados com recursos próprios.

- Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGÁS

Em 2010, a SCGÁS realizou investimentos de R\$33,5 milhões, com a implantação de 62 quilômetros de novas redes de distribuição de gás natural. Para o exercício social de 2011 a SCGÁS tem previsão orçamentária de investimentos da ordem de R\$47 milhões.

Dentro do Plano Plurianual de Negócios – PPN 2011-2015, alinhado ao planejamento estratégico, a Empresa pretende investir R\$290 milhões para a ampliação de mercado, com investimentos em projetos de expansão da rede de distribuição de gás natural. O PPN contempla 18 projetos de investimento, com objetivo de alcançar em 2015 a marca de 72 municípios atendidos com gás natural, ou seja, 25% do total do município de Santa Catarina. A empresa financia os investimentos totalmente com recursos próprios.

Quadro 6: Cia de Gás de Santa Catarina - Investimentos (em R\$ mil)

	2011 (A)	2010	2009	2008
SCGÁS	47.000	33.185	31.700	22.000

(A) APROVADO: refere-se ao Programa de Investimentos aprovado pelo Conselho de Administração.



10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não houve fatores que influenciaram o desempenho operacional de maneira relevante.

Antônio Marcos Gavazzoni
Diretor Presidente

André Luiz de Rezende
Diretor de Relações Institucionais e com Investidores

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ nº 83.878.892/0001-55
NIRE 42300011274

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE 29/04/2011

DESTINAÇÃO DO LUCRO – ANEXO 9-i-ii

INSTRUÇÃO CVM Nº. 480 de 07 de Dezembro de 2009 e INSTRUÇÃO CVM Nº. 481 de 17 de Dezembro de 2009

1. Informar o lucro líquido do exercício:

LUCRO LÍQUIDO Exercício 2010
R\$ 273.516.144,45

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

EXERCÍCIO SOCIAL	TIPO	Classe	Valor do Provento por Ação	Valor Total Distribuído
2010	DIV	ON	-	-
		PNA	-	
		PNB	-	
	JCP	ON	R\$ 1,90669172	R\$ 77.938.000,00
		PNA	R\$ 2,09736089	
		PNB	R\$ 2,09736089	



3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

A proposta para ser apreciada na Assembléia Geral Ordinária contempla a distribuição de 30% do Lucro Líquido Ajustado.

Exercício Social 2010

Lucro Líquido do Exercício	273.516
Reserva Legal (5%)	(13.675)
Lucro Líquido Ajustado (base de cálculo para destinação de dividendos)	259.841
Dividendos Propostos/ JCP aprovado RCA 16.12.2010 (30%)	(77.938)

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve dividendo distribuído com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

6. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

EXERCÍCIO SOCIAL	TIPO	Classe	Valor do Provento por Ação	Total por Classe	Valor Total Distribuído
2010	DIV	ON	-	-	-
		PNA	-	-	
		PNB	-	-	
	JCP	ON	R\$ 1,90669172	R\$ 29.605.463,55	R\$ 77.938.000,00
		PNA	R\$ 2,09736089	R\$ 106.090,81	
		PNB	R\$ 2,09736089	R\$ 48.226.445,75	

7. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

O dividendo será pago, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado. Os acionistas terão seus pagamentos disponibilizados de acordo com o domicílio bancário fornecido ao Banco Itaú S.A. – Instituição depositária de ações, a partir da data de início da distribuição destes direitos. Os detentores de Ações depositadas em Custódias Fungíveis das Bolsas de Valores receberão o pagamento através do órgão custodiante.

a. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não há incidência de atualização e juros sobre os proventos declarados.

b. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Os acionistas detentores de ações Celesc (CLSC3, CLSC5 e CLSC6) na data de 30 de dezembro de 2010 receberão os dividendos/JCP aprovados na RCA de 16 de dezembro de 2010 e que deverá ser referendado, a distribuição e o pagamento, pela Assembléia Geral Ordinária de 29 de abril de 2011.



c. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

d. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Não houve dividendos intercalares.

e. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Não aplicável

8. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.

EXERCÍCIO SOCIAL	Lucro Líquido Ajustado (R\$ mil)	Lucro Líquido Ajustado por Ação	
		ON	R\$
2010	259.841	ON	R\$ 6,7366
		PNA	R\$ 6,7366
		PNB	R\$ 6,7366
2009	120.919	ON	R\$ 3,1349
		PNA	R\$ 3,1349
		PNB	R\$ 3,1349
2008	245.522	ON	R\$ 6,7004
		PNA	R\$ 6,7004
		PNB	R\$ 6,7004
2007	328.691	ON	R\$ 8,9702
		PNA	R\$ 8,9702
		PNB	R\$ 8,9702

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.



EXERCÍCIO SOCIAL	TIPO	Valor do Provento por Ação		Total Distribuído por Tipo de Provento	TOTAL DISTRIBUÍDO RELATIVO AO EXERCÍCIO
2009	DIV	ON	R\$ 0,88745566	R\$ 36.275.670,00	R\$ 36.275.670,00
		PN	R\$ 0,97620123		
	JCP	-	-	-	
		-	-		
2008	DIV	ON	R\$ 1,80194865	R\$ 73.656.518,74	R\$ 73.656.518,74
		PN	R\$ 1,98214352		
	JCP	-	-	-	
		-	-		
2007	DIV	ON	R\$ 0,69637750	R\$ 28.451.264,23	R\$ 98.607.264,23
		PN	R\$ 0,76564152		
	JCP	ON	R\$ 1,71631122	R\$ 70.156.000,00	
		PN	R\$ 1,88794234		

c. Havendo destinação de lucros à reserva legal.

d. Identificar o montante destinado à reserva legal.

A Reserva Legal é constituída aplicando 5% do Lucro Líquido, cujo valor é de R\$13.675 mil.

e. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Forma de Cálculo da Reserva Legal (valores em R\$ mil)	
Exercício Social 2010	
Lucro Líquido do Exercício	273.516
Reserva Legal (5%)	(13.675)
Lucro Líquido Ajustado (base de cálculo para destinação de dividendos)	259.841

f. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

g. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável. A Companhia não estabelece dividendos fixos ou mínimos para as ações preferenciais.

h. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.

i. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável.

j. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não aplicável.

k. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável.

9. Em relação ao dividendo obrigatório.

10. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.



Apurado o resultado do exercício, serão destinados 5% do Lucro para Reserva Legal, do saldo remanescente, o lucro líquido ajustado do exercício, serão destinados 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas.

11. Informar se ele está sendo pago integralmente.

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

- a. Informar o montante eventualmente retido.

Não houve retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

- a. Informar o montante da retenção.

Não houve retenção de dividendo obrigatório decorrente da situação financeira da Companhia.

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável.

- c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

- d. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.

- e. Identificar o montante destinado à reserva.

Não houve destinação do resultado para reservas de contingência.

- f. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável.

- g. Explicar porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável.

- h. Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável.

- i. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

- j. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não houve destinação do resultado para reservas de lucros a realizar.

- k. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

- l. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

- m. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva



Não há destinação do resultado para reservas estatutárias.

n. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

o. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

p. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

q. Identificar o montante da retenção.

O montante destinado à constituição de Reserva de Retenção de Lucros é R\$40.221 mil.

r. Fornecer cópia do orçamento de capital.

Em conformidade com a Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2010, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, tendo sua origem de recursos vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei 6.404/76.

Programa de Investimentos

PROGRAMAS	VALORES (R\$ MIL)
Distribuição Energia Elétrica	315.984
Telecomunicação	13.499
Comercialização de Energia	43.500
Tecnologia da informação	12.470
Mobiliários em geral	12.586
Geração de Energia	55.147
TOTAL GERAL	453.185

13. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

a. Informar o montante destinado à reserva.

Não há destinação do resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

André Luiz de Rezende
Diretor de Relações Institucionais e com Investidores



ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2011, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, tendo sua origem de recursos vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei 6.404/76.

Programa de Investimentos

PROGRAMAS	VALORES (R\$ MIL)
Distribuição Energia Elétrica	315.984
Geração de Energia	55.147
Telecomunicação	13.498



Comercialização de Energia	43.500
Tecnologia da informação	12.470
Edificação e Mobiliários	3.260
Veículos	9.325
TOTAL	453.185

Origem dos Recursos

ORIGEM	VALORES (R\$ MIL)
Recursos de Terceiros	191.478
Recursos Próprios, oriundos de retenção de lucros e geração de caixa das operações da Companhia	261.707
TOTAL	453.185

INFORMAÇÕES ACERCA DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

ANEXO 24 - Item 13 do Formulário de Referência constante na Instrução CVM 480/2009 de 17 de Dezembro de 2009

13. Remuneração dos Administradores

Para o exercício de 2011, propomos o montante de até R\$3.547.050,00 para a remuneração dos Administradores, que inclui honorários e plano de saúde.

13.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração tem como objetivo assegurar a atração e retenção de profissionais qualificados e incentivar o alcance dos objetivos e a superação de metas, visando à satisfação dos clientes, expansão dos negócios e retorno aos acionistas.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Remuneração Direta: representa a remuneração fixa, honorário mensal.

Remuneração Indireta: representa os benefícios, vale alimentação, assistência médica.

Remuneração Variável: Participação nos Lucros e Resultados



ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

Conselho de Administração - Remuneração Fixa: 100%

Diretoria - Remuneração Fixa: 81,63% e Remuneração Variável: 18,37

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

Não há na companhia metodologia de cálculo de reajuste para remuneração dos administradores.

O montante Global da remuneração dos administradores é aprovado pela Assembléia Geral, e posteriormente individualizada pelo Conselho de Administração, com base nas melhores práticas de mercado e com objetivo de garantir o cumprimento do plano de negócio da companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração.

Garantir a competitividade e atratividade da companhia.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há indicadores de desempenho vinculados à remuneração dos administradores

d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

No início do ano subsequente ao exercício e após a apuração dos resultados financeiros da companhia, os valores obtidos pelos indicadores determinam a remuneração variável, dentro dos parâmetros pré-fixados.

e) relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia

A prática de remuneração utilizada pela companhia é baseada em valores fixos e eventualmente variáveis. A remuneração fixa garante a competitividade e atratividade de profissionais altamente qualificados, já a variável é estabelecida com base em indicadores de desempenho e paga aos Diretores, nas mesmas bases em que são distribuídos aos empregados.

f) Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração é suportada pela própria companhia.

g) remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários

Não há remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

13.2 Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria da Companhia e remuneração prevista para o exercício social de 2010.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO e COMITÊS DE ASSESSORAMENTO – Proposta 2011

ORGÃO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
MEMBROS	13
REMUNERAÇÃO ANUAL FIXA	--



honorários ou salário	R\$936.000,00
benefícios diretos ou indiretos	R\$187.200,00
participação em comitês	--
Reembolso despesas de viagem	R\$144.000,00
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	
Participação nos Lucros e Resultado (PLR)	0,00
TOTAL DA REMUNERAÇÃO	R\$1.267.200,00

CONSELHO FISCAL

ORGÃO	CONSELHO FISCAL
MEMBROS	05
REMUNERAÇÃO FIXA	R\$180.000,00
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	--
TOTAL	R\$180.000,00

DIRETORIA

ORGÃO	DIRETORIA
MEMBROS	03
REMUNERAÇÃO FIXA	-- R\$1.610.000,00 -- --
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	
Participação nos Lucros e Resultado (PLR)	R\$1.529.000,00
TOTAL	R\$3.139.000,00



NG 02	ADMINISTRADORES	2007	2008	2009	2010
TG 2065	Contribuição Mantenedora	-	84.416,40	-	-
TG 2070	Programa Plano Amhor	-	5.226,51	-	-
TG 2072	Auxílio Médico Odontológico	-	967,56	77.261,55	-
TG 2082	Remuneração Diretores	1.899.458,71	2.137.946,79	1.233.041,11	821.356,89
TG 2085	Encargos Sociais Diretores	377.749,97	998.718,44	138.189,32	78.651,51
TG 2086	Encargos Sociais Diretores - FGTS	69.373,18	46.047,24	69.870,80	31.943,18
TG 2087	Encargos Sociais Cons. Fiscal	43.200,00	49.600,00	35.200,00	25.960,00
TG 2088	Encargos Sociais Cons. Administração	108.720,00	129.944,00	136.781,33	137.640,00
TG 2090	Remuneração Cons. Fiscal	216.924,51	248.000,00	176.000,00	132.000,00
TG 2091	Remuneração Cons. Administração	543.600,00	649.720,00	683.906,67	686.400,00
	TOTAL	3.259.026,37	4.350.586,94	2.550.250,78	1.913.951,58

13.2.c.i Remuneração Fixa anual segregada em: (a) salário ou pró-labore; (b) benefícios diretos e indiretos; (c) remuneração por participação em comitês; (d) outros

Remuneração anual fixa (a) por salário ou pro labore:

Conselho de Administração - R\$936.000,00

Conselho Fiscal – R\$ 180.000,00

Diretoria – R\$ 1.880.000,00

Neste exercício e nos 3 (três) exercícios anteriores, a companhia não aplica/aplicou remuneração por participação em comitês ou outra forma de remuneração que não a remuneração por salário ou pró-labore e benefícios diretos ou indiretos descritos no quadro acima.

13.2.c.i Remuneração Variável segregada em: (a) bônus; (b) participação nos resultados; (c) remuneração por participação em reuniões; (d) comissões; (e) outros.

Remuneração Variável segregada em Participação nos Resultados:

Conselho de Administração - Não se aplica

Conselho Fiscal – Não se aplica

Diretoria – R\$1.529.000,00

13.2.c.iii Benefícios pós emprego (iv) pela cessação do exercício do cargo e (v) remuneração baseada em ações.

Não se aplica

13.2.e Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

R\$ 4.525.000,00

13.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais da Companhia e remuneração prevista para o exercício social de 2011.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ORGÃO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
MEMBROS	13
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL Participação nos Lucros e Resultado (PLR)	Não se aplica

CONSELHO FISCAL

ORGÃO	CONSELHO FISCAL
MEMBROS	05
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	Não se aplica

DIRETORIA

ORGÃO	DIRETORIA
MEMBROS	03
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - em relação ao bônus - em relação à participação no resultado – 2011: - valor mínimo previsto no plano de remuneração - valor máximo previsto no plano de remuneração - valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas - valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não se aplica R\$0,00 R\$509.666,67 R\$509.666,67 2008 – 06 membros – R\$ 316.250,00 2009 – 05 membros – R\$ 80.923,33 (não paga a 2ª Parcela da PLR- abril 2010). 2010 – 03 membros – R\$77.000,00



Não se aplica

13.5 Ações detidas pelos membros da Administração da Companhia

CELESC - Ações detidas pelos membros da Diretoria Executiva, membros do Conselho de Administração e do conselho fiscal em 31/12/2010

ACIONISTAS	AÇÕES ON		AÇÕES PNA		AÇÕES PNB		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5	0,00%	0	0,00%	1.011	0,00%	1.016	0,00%
DIRETORIA EXECUTIVA	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
CONSELHO FISCAL	0	0,00%	0	0,00%	1	0,00%	1	0,00%
OUTROS ACIONISTAS	15.527.132	100,00%	50.583	100,00%	22.992.860	100,00%	38.570.575	100,00%
TOTAIS	15.527.137	100,00%	50.583	100,00%	22.993.871	100,00%	38.571.591	100,00%

13.6. Plano de Opção de Ações reconhecido nos três últimos exercícios sociais exercício das Opções

Não se aplica

13.7 Opções de Ações em aberto

Não se aplica.

13.8 Opções exercidas

Não se aplica

13.9 Informações relevantes sobre Plano de Opção de Compra de Ações

Não se aplica

13.10 Planos de previdência dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

Não se aplica

13.11 Remuneração Média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa aos últimos três exercícios sociais

Exercício - 2009

Conselho de Administração

Número de Membros 13

Remuneração anual

Menor Remuneração Individual - R\$52.800,00

Maior Remuneração Individual - R\$52.800,0

Valor Médio de Remuneração Individual - R\$52.800,00



Conselho Fiscal

Número de Membros 5

Remuneração anual

Menor Remuneração Individual - R\$26.400

Maior Remuneração Individual - R\$26.400

Valor Médio de Remuneração Individual - R\$26.400

Diretoria

Número de Membros 3

Remuneração anual

Menor Remuneração Individual - R\$439.120,00

Maior Remuneração Individual - R\$439.120,00

Valor Médio de Remuneração Individual - R\$439.120,00

A proposta de remuneração dos administradores para o exercício 2010 é a mesma praticada em 2009.

13.12 Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia

Não se aplica

13.13 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não se aplica

13.14 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica

13.15 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não se aplica

13.16 Outras Informações Relevantes

Não há



**INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL
INDICADOS PELO ACIONISTA CONTROLADOR**

ANEXO 24 - Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência constante na Instrução CVM 480/2009 de 17 de Dezembro de 2009

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

Nome: Antônio Marcos Gavazzoni

Idade: 36

Profissão: Advogado

CPF: 827.189.469-20

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 29 de abril de 2011

Data prevista da posse: 12 de maio de 2011

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Diretor Presidente da Controladora e das Subsidiárias Integrais

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê de Assuntos Estratégicos e Comercial do Conselho de Administração.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia

2005 a 2006 - Procurador Geral do Município de Chapecó/SC

2007 a 2008 - Secretário de Estado da Administração do Governo do Estado de Santa Catarina

2009 a 2010 - Secretário de Estado da Fazenda do Governo do Estado de Santa Catarina

2011 – Diretor Presidente da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :



i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado não possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

Nome: Edegar Giordani

Idade: 58

Profissão: Empresário

CPF: 195.715.699-68

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 29 de abril de 2011

Data prevista da posse: 12 de maio de 2011

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:



O indicado é/será membro do Comitê de Assuntos Estratégicos e Comercial do Conselho de Administração.

12.8. Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia

2001 a 2004 – Prefeito de Faxinal dos Guedes/SC

2004 até 2011 – Diretor Presidente da empresa Ouro Aves Ltda.

2004 até 2011 – Diretor Presidente da empresa Edegar Giordani e Outros

2004 até 2011 – Diretor Presidente da empresa Faxinal Radiodifusão Ltda.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado não possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.



12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

Nome: Andriei José Beber

Idade: 37

Profissão: Engenheiro Civil

CPF: 014.789.149-39

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 29 de abril de 2011

Data prevista da posse: 12 de maio de 2011

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não se aplica.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

1999/2003 – Professor do Curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2004/2011 – Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Manutenção Predial na Universidade do Vale do Itajaí.

2006/2011 – Professor do Programa de Pós-Graduação FGV Management na Fundação Getúlio Vargas.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

2010 – 2011 – Conselheiro de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor



- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado não possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

Nome: Derly Massaud de Anunciação

Idade: 58

Profissão: Administrador de Empresas e Jornalista

CPF: 130.645.500-63

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 29 de abril de 2011

Data prevista da posse: 12 de maio de 2011

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê de Recursos Humanos do Conselho de Administração

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

02.01.2003 até a presente data é Secretário de Estado da Comunicação do Governo do Estado de Santa Catarina.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal



Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

Nome: Milton de Queiroz Garcia

Idade: 47

Profissão: Advogado

CPF: 443.311.009-44

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 29 de abril de 2011

Data prevista da posse: 12 de maio de 2011

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê de Recursos Humanos do Conselho de Administração



12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Empregado e Advogado da Celesc Distribuição S.A.

Assistente e Assessor da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

2007 até a presente data - Presidente da Fundação Celesc de Seguridade Social.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:



Nome: Pedro Bittencourt Neto

Idade: 55

Profissão: Advogado

CPF: 224.528.699-53

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 29 de abril de 2011

Data prevista da posse: 12 de maio de 2011

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê Jurídico e de Auditoria do Conselho de Administração

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Advogado;

Funcionário do Setor de Financiamento da FLORISA;

Diretor Comercial de Alô Representações e Comércio LTDA.;

Responsável pelo Setor de Produção da OBA – Organizações Bittencourt de Alimentos S/A;

Procurador Diretor-Administrativo da OBA – Organizações Bittencourt de Alimentos S/A;

Assessor Técnico Legislativo;

Assessor da Presidência da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Secretário Parlamentar.

2005 até atualmente – Conselheiro de Administração da CASAN e CELESC

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

2005 até atualmente – Conselheiro de Administração da CELESC

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;



Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

Nome: Marcelo Gasparino da Silva

Idade: 40

Profissão: Advogado

CPF: 807.383.469-34

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 29 de abril de 2011

Data prevista da posse: 12 de maio de 2011

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:

Diretor Jurídico da Empresa no período de 2007 a 2009

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê Jurídico e de Auditoria do Conselho de Administração.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:



i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

2007 – 2009 - Diretor Jurídico da Centrais Elétricas de Santa Catarina

2009-2011 – Diretor Executivo do Escritório Gasparino, Fabro, Lebarbenchon, Roman, Sachet & Marchiori Sociedade de Advogados

Junho de 2004 – atual - Fundação Getúlio Vargas – FGV- Consultor para Santa Catarina do Prêmio Innovare - O Judiciário do Século XXI

2010 – 2011 – Presidente do Conselho de Administração da GASPART Participações S.A.

Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

2007 – 2009 - Diretor Jurídico da Centrais Elétricas de Santa Catarina

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.



CONSELHO FISCAL

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho Fiscal:

Nome: Ênio Andrade Branco

Idade: 58

Profissão: Advogado

CPF: 179.138.029-87

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 29 de abril de 2011

Data prevista da posse: 12 de maio de 2011

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

- Bacharel em Direito pela UFSC
- Membro da equipe econômica da Prefeitura de São Paulo
- Presidente das empresas CELG Distribuição, CELG Geração e Transmissão e CELG Telecom e Soluções
- Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Holding CELGPar - Companhia CELG de Participações S.A.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

- Presidente das empresas CELG Distribuição, CELG Geração e Transmissão e CELG Telecom e Soluções
- Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Holding CELGPar - Companhia CELG de Participações S.A.
- Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores da CELESC
- Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com o Mercado da TELESC

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve



12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

Possui relação com devedor da Companhia, como Diretor Presidente da SC Parcerias – Empresa de Investimentos do Estado de Santa Catarina

12.6. Informações Candidato a Membro Suplente do Conselho Fiscal:

Nome: Carlos Eduardo Ferreira

Idade: 57

Profissão: Administrador e Contador

CPF: 224.418.679-20

Cargo eletivo a ocupar: Suplente

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 29 de abril de 2011

Data prevista da posse: 12 de maio de 2011

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8. Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina S.A.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor



d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho Fiscal:

Nome: Henrique Guglielmi

Idade: 47

Profissão: Economista

CPF: 398.552.609-53

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 29 de abril de 2011

Data prevista da posse: 12 de maio de 2011

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Professor universitário – Escola Superior de Criciúma

Professor universitário – UNIBAVE

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.



iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Suplente do Conselho Fiscal:

Nome: Luciano Veloso Lima

Idade: 37

Profissão: Administrador

CPF: 665.668.789-04

Cargo eletivo a ocupar: Suplente

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 29 de abril de 2011

Data prevista da posse: 12 de maio de 2011

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Diretor Administrativo e Financeiro da Secretaria de Coordenação e Articulação de Governo do Estado de SC - 2003 a 2010.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica



12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho Fiscal:

Nome: Valter José Gallina

Idade: 56

Profissão: engenheiro civil

CPF: 341.840.409-00

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 29 de abril de 2011

Data prevista da posse: 12 de maio de 2011

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:



i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis – Estado de Santa Catarina

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não houve

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

O indicado é Diretor Técnico da Companhia de Águas e Saneamento de Santa Catarina, cujo controlador é o Estado de SC e é fornecedor da Empresa.

12.6. Informações Candidato a Membro Suplente do Conselho Fiscal:

Nome: Paulo de Tarso Guilhon

Idade: 61

Profissão: Economista

CPF: 263.238.507-53

Cargo eletivo a ocupar: Suplente

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 29 de abril de 2011



Data prevista da posse: 12 de maio de 2011

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8. Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Presidente do Conselho Regional dos Economistas de Santa Catarina

Presidente das Associações dos Conselhos Profissionais.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.